

ARTIGO

Reforma Universitária do MEC

Num mundo em que a lógica do mercado é apresentada como forma "natural" das relações sociais, a interação mercantil assume a condição de forma da sociabilidade e o dinheiro se afirma como nexos universal, o poder político e todas as esferas da vida social são progressivamente alienadas ao que Marx pensou como a "subjetividade única e global do capital". Insere-se neste quadro o processo de mercantilização da educação, da produção de conhecimento, do trabalho docente e da universidade, inspirado pelas diretrizes do Banco Mundial e materializado pela adesão dos governos de plantão à agenda de "reformas" do Banco.

Suas faces mais evidentes são: a) a expansão das empresas privadas de ensino superior, que substituem a riqueza da formação e da vida universitária pela precária preparação de mão-de-obra qualificada para o mercado, transformando a educação numa mercadoria a que têm acesso apenas os que por ela podem pagar, processo que se pretende tornar irreversível pela abertura do setor de educação ao capital estrangeiro, defendida pelos EUA e seus aliados na OMC e presente no anteprojeto de reforma universitária apresentado pelo governo Lula; b) a conversão progressiva da universidade pública numa instituição de mercado, numa organização prestadora de serviços cuja "autonomia" para gerar fontes de renda pela "livre interação mercantil" trabalha para transformá-la num balcão de negócios, constituindo-a como espaço de sociabilidade dominado pela lógica corruptora dos interesses privados.

O modus operandi desta conversão é sempre mais ou menos o mesmo: começa-se pelo arrocho salarial de docentes e técnicos e pelo corte das verbas públicas para o financiamento da universidade; pressionados pela insuficiência de recursos públicos, a universidade e os docentes

passam a buscar financiamento privado, comprometendo a gratuidade dos cursos, mercantilizando a extensão universitária e condicionando cada vez mais a produção de conhecimento aos recursos e interesses privados que a financiam e orientam. O conjunto destes processos, induzidos pela ação governamental, compromete a gestão transparente e democrática, a liberdade acadêmica e a autonomia universitária, minando a essência da universidade e sua vocação social para interagir com as necessidades

da maior parte da população.

Tudo isso preparou o terreno, ao longo dos anos, para a apresentação do anteprojeto de reforma universitária pelo governo. O modelo de universidade que dele emerge, em articulação com as políticas implementadas ao longo de 2004, revela sua afinidade com a agenda do Banco e sua coerência com as políticas privatistas desenvolvidas pelo MEC de Collor e Cardoso. Seus eixos centrais são: a) fomento do capitalismo acadêmico no contexto da concepção da universi-

dade como prestadora de serviços e de sua progressiva subordinação ao mercado e às empresas privadas (Lei de Inovação Tecnológica); b) vinculação indissociável entre PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional, apresentado no anteprojeto como contrato de gestão que as instituições públicas e privadas estabelecem com o MEC para concorrer a verbas públicas para sua expansão), financiamento, avaliação e autonomia; c) expansão da oferta de ensino superior centrada nas empresas privadas mediante financiamento público (ProUni, FIES e PDI); d) avaliações de qualidade inspiradas nas teorias do capital humano, que buscam regular todos os aspectos do ensino superior, condicionam a liberdade acadêmica e a autonomia universitária, estimulam a competitividade fratricida como forma da sociabilidade e concentram poderes despóticos e potencialmente corruptores nas mãos do MEC (Sinaes/Conaes); e) programas de estímulo à docência e política salarial baseada em gratificações produtivistas e na remuneração por prestação de serviços; g) democratização do acesso não por medidas universais, mas por políticas compensatórias e focalizadas.

A universidade pública, gratuita e de qualidade, locus de produção, reprodução e sistematização do conhecimento socialmente produzido e formação dos profissionais responsáveis pelas funções centrais do processo de produção e reprodução social da vida e base para qualquer projeto de desenvolvimento social, humano e econômico do país, se acha hoje gravemente ameaçada. Ao longo deste ano, em que o projeto de reforma do MEC vai ao Congresso, cabe a nós, educadores, sensibilizar a sociedade e seus representantes no Legislativo para a necessidade de preservar a universidade pública brasileira.

RODRIGO DANTAS

* Professor de Filosofia na UnB e Presidente da ADUnB (Associação dos Docentes da UnB. Artigo disponível em www.andes.org.br)



“A universidade pública e gratuita encontra-se ameaçada”

DICA CULTURAL

CD

Banda? **U2** CD? **“how to dismantle an atomic bomb”** Quem ouviu? **Fritz Nunes**
Preço: **R\$ 40,00 (vêm junto alguns clipes em DVD)**

E para quem achava na década de 90 que o U2 estava morto no momento em que aderiram ao som “tecnocrônico” a partir de discos como “Zooropa” e “Pop”, o novo século mostrou que os quarentões irlandeses ainda têm muito a oferecer. Depois do estouro em 2000 de “All that you can’t leave behind”, a trupe formada por Bono Vox, Larry Mullen Jr., The Edge e Adam Clayton lançou no final de 2004 mais um manual anti-belicista: “How to dismantle in atomic bomb”- Como desmanchar uma bomba atômica.

Juntos desde 1976, os integrantes do U2 parecem possuir uma amálgama que os une. O mais velho do grupo, Paul Helson (apelidado de Bono Vox por um colega de escola) completa 45 anos no próximo dia 10 de maio. Mais do que um simples astro do pop-rock, Bono é uma liderança mundial contra as guerras e a favor do perdão da dívida externa dos países do terceiro mundo. Mas, para além das questões políticas que movem esses ainda garotões de Dublin, o disco vale a pena ser ouvido por canções como “Vertigo”, “Miracle Drug”, “All because of you”, “A man and woman”, entre outras.

